

SE Narandiba S.A..

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
SE Narandiba S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da SE Narandiba S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da SE Narandiba S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SE Narandiba S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a SE Narandiba S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações Financeiras

A SE Narandiba S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem qualificações, com data de 26 de abril de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

SE Narandiba S.A.
 Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos
 em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2018	2017
Ativos			
Ativo Circulante		4.842	2.867
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.940	1.276
Consumidores e permissionárias	6	1.812	1.452
Tributos compensáveis	8	38	114
Outros ativos circulantes		52	24
Ativo Não Circulante		93.636	99.884
Tributos compensáveis	8	5.121	5.643
Imobilizado	9	88.515	94.242
Total do Ativo		98.478	102.751
Passivo			
Passivo Circulante		39.840	41.161
Fornecedores		422	272
Empréstimos e financiamentos	10	13.585	17.352
Dividendos e juros sobre capital próprio		25.482	22.752
Tributos a pagar		230	662
Encargos setoriais		115	116
Outros passivos circulantes		6	7
Passivo Não Circulante		9.692	20.137
Fornecedores		-	20.028
Empréstimos e financiamentos	10	9.501	-
Provisão para litígios		-	-
Obrigações com associados		-	7
Encargos setoriais		173	102
Outros passivos não circulantes		18	-
Total do Passivo		49.532	61.297
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	63.239	57.654
Reservas de lucros		72.938	14.727
Prejuízos acumulados		(87.231)	(30.928)
Total do Patrimônio Líquido		48.946	41.454
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		98.478	102.751

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2018	2017
Receita / Ingresso	15	16.465	15.133
Disponibilização do sistema de transmissão		16.465	15.133
Tributos		(601)	(552)
PIS		(107)	(98)
Cofins		(494)	(454)
Encargos - Parcela "A"		(722)	(648)
Taxa de fiscalização		(51)	(52)
Reserva Global de Reversão - RGR		(524)	(457)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(147)	(139)
Receita Líquida		15.142	13.933
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		-	-
Taxa de fiscalização		-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		15.142	13.933
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	16	(8.328)	(6.186)
Material		(83)	(123)
Serviços de terceiros		(2.179)	(2.082)
Arrendamento e aluguéis		(4)	-
Provisões Líquida -PCLD		(21)	(6)
Tributos		(169)	(51)
Depreciação e amortização		(3.495)	(3.498)
Outras despesas operacionais		(2.377)	(427)
Resultado da Atividade		6.814	7.747
Resultado Financeiro	17	(1.624)	(2.829)
Receitas financeiras		81	111
Despesas financeiras		(1.705)	(2.940)
Lucro antes dos impostos		5.190	4.918
Despesa com impostos sobre o lucro		(510)	(480)
Lucro líquido do exercício		4.680	4.438
Lucro por Ação do capital - R\$		0,074	0,070

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro Líquido do Exercício	4.680	4.438
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>4.680</u>	<u>4.438</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
 CNPJ 10.337.920/0001-53
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios
 Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção	Outras Reservas de Lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2017	54.375	1.614	-	-	6.910	(27.230)	35.669
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.438	4.438
Transações com os sócios:							
Aumento de Capital	3.279	-	-	-	-	-	3.279
Destinações:							
Reserva Legal	-	407	-	-	-	(407)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	5.796	-	(5.796)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(1.933)	(1.933)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>57.654</u>	<u>2.021</u>	<u>-</u>	<u>5.796</u>	<u>6.910</u>	<u>(30.928)</u>	<u>41.453</u>
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.680	4.680
Transações com os sócios:							
Aumento de Capital	5.585	-	-	-	-	-	5.585
Destinações:							
Reserva Legal	-	2.661	-	-	-	(2.661)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	53.579	-	-	(47.783)	5.796
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.776)	(2.776)
Reserva de Lucros a realizar	-	-	-	(5.796)	-	-	(5.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>63.239</u>	<u>4.682</u>	<u>53.579</u>	<u>-</u>	<u>6.910</u>	<u>(79.468)</u>	<u>48.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.
CNPJ 10.337.920/0001-53
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	4.680	4.438
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.726	6.689
Depreciação e amortização	3.495	3.498
Imposto de renda e contribuição social	510	480
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos e outras receitas e despesas financeiras	1.458	2.814
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	2.242	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas contas a receber	21	6
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(109)
	12.406	11.127
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(377)	207
IR e CSLL a Recuperar	76	(38)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-	394
Despesas pagas antecipadamente	(1)	-
Outros ativos	(23)	3
	(325)	566
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	148	85
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(3.570)	(3.208)
Encargos Setoriais	71	68
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(338)	(457)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(89)	(134)
Outros passivos	22	(21)
	(3.756)	(3.667)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.325	8.026
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(64)	(38)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	2.133
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(64)	2.095
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	5.585	3.279
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(12.182)	(12.164)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(6.597)	(8.885)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.664	1.236
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.276	40
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.940	1.276
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	1.664	1.236

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a SE Narandiba S.A. ("Narandiba" ou "Companhia") está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Contexto operacional e concessões

A SE NARANDIBA S.A. ("SE Narandiba" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de agosto de 2008 com o propósito de reforçar o suprimento de energia para a Região Metropolitana de Salvador por meio de uma subestação de energia com concessão obtida em leilão de transmissão realizado em 03 de outubro de 2008. A subestação entrou em operação comercial em junho de 2011 e o contrato de concessão de transmissão 004/2009 ANEEL foi outorgado em 28 de janeiro de 2009 com vigência de 30 anos. Através da Resolução Autorizativa nº 3.230, publicada no dia 15 de Dezembro de 2011, a SE NARANDIBA S.A foi autorizada a implantar reforços nas instalações da Subestação Narandiba com a instalação de um novo transformador de 100 MVA 230/69kV. A obra foi concluída em fevereiro de 2014.

Além do Contrato citado anteriormente, a Empresa sagrou-se vencedora dos Leilões 06/2011 (realizado em 16/12/2011) e 05/2012 (realizado em 06/06/2012), cujos objetos correspondem às Subestações de Extremoz II e Brumado II 230/138kV, respectivamente.

As instalações do Contrato de Concessão 009/2012, assinado em 10/05/2012, referente à Subestação Extremoz II, iniciaram a operação comercial 03/07/2015. Já as instalações do Contrato de Concessão nº 023/2012, assinado em 27/08/2012, referente à Subestação Brumado II 230/138kV, iniciaram a operação comercial em 23/09/2014.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda em relação ao Contrato de Concessão 009/2012, encontra-se em operação comercial desde o dia 15/05/2016 o quinto bay de 69kV da SE Extremoz II, construído para atender ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2017 e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 19, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 25 de abril de 2019, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de estimativa de valor justo.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(i) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa; vide nota explicativa nº 6;

4. Principais Práticas Contábeis

A ANEEL ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao CPC 47/IFRS 15 e ao CPC 48/IFRS 9. Portanto, a adoção antecipada dessas normas não é permitida para fins de Demonstração Contábil Regulatória.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

(i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a devolver da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

- Após reconhecimento inicial os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge.

- A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

(ii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram identificadas necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

c. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo total do ativo contratual aplicando a alíquota de presunção.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de presunção. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações contábeis regulatórias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

f. Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

g. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

i. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

j. Encargos setoriais

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

4.1. Práticas contábeis específicas regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2017, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários à vista	7	21
Fundos de investimento	<u>2.933</u>	<u>1.255</u>
	<u>2.940</u>	<u>1.276</u>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Seguem composições das carteiras dos Fundos de Investimentos da Companhia:

<u>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
BB Polo 28 FI Renda Fixa		
BB TOP Curto Prazo	2.930	1.254
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	<u>3</u>	<u>1</u>
Total CEC - Fundos Exclusivos	<u>2.933</u>	<u>1.255</u>

6. Consumidores e Permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Terceiros	250	215
Partes relacionadas (nota 16)	1.594	1.252
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(32)</u>	<u>(15)</u>
Total	<u>1.812</u>	<u>1.452</u>

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES						Provisão/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA						
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de Energia									
Suprimento Energia - Moeda Nacional	1.908	-	(1)	-	(45)	(18)	(32)	1.812	1.452
TOTAL	<u>1.908</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>(18)</u>	<u>(32)</u>	<u>1.812</u>	<u>1.452</u>

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Fornecedores

	2018	2017
Terceiros	345	176
Partes relacionadas (nota 16)	77	96
Total	421	272

8. Tributos Compensáveis

	2018	2017
Imposto de Renda - IR	-	43
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	2	7
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	5.121	5.643
Programa de Integração Social - PIS	-	4
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	15
Imposto sobre Serviços - ISS	36	36
Outros	-	9
Total	5.159	5.757
Circulante	38	114
Não circulante	5.121	5.643

9. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Transmissão	106.909	-	(15)	106.895	(15)	(19.467)	87.428	90.935
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.563	-	-	10.563	-	(2.887)	7.676	8.087
Máquinas e equipamentos	96.339	-	15	96.324	(15)	(16.576)	79.748	82.844
Móveis e utensílios	7	-	-	7	-	(3)	4	4
Subtotal	106.909	-	(14.91)	106.895	(96)	(19.466)	87.428	90.935
Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)+(B)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Transmissão	3.306	-	(18.453)	1.087	(18.397)	-	1.087	3.306
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(8.074)-	25	8.089	39	(8.064)	-	39	(8.075)
Outros	11.381	31	(10.364)	1.048	(10.333)	-	1.048	11.381
Total do Ativo Imobilizado	110.215	56	2.275	107.982	(18.397)	-	1.087	94.242

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	39	39
Adiantamentos a Fornecedores	1.048	1.048
Total das Adições	1.087	1.087

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		-	-	-	-
Custo histórico	3,91	106.895	(19.467)	87.428	187.267
		106.895	(19.467)	87.428	187.267
Em curso					
Transmissão		1.087	-	1.087	10.726
		1.087	-	1.087	10.726
		107.982	(19.467)	88.514	197.994

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Estrutura (Torre)	2,70
Transformador de força	2,86
Transformador de medida	3,33
Chave seccionadora	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	31	51
Adiantamentos a Fornecedores	25	25
Total das Adições	56	56

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de CP	Principa CP	Principal + Juros LP	Saldo total	Adimplente ?	Tipo de garantia?	Indevidor ou Juros	Spread %a.a.	Data próximo pago Juros	Frequencia Juros	Data próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortizaçã o	Sistemática de Amortizaçã o	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
															2020	2021	2022	2023	2024	2025*	Total	
Financ. Empréstimos Moeda Nacional	3.060	10.526	9.501	23.087											5.700	1.723	1.723	296	60	-	9.501	
SE Narandiba - FINAME	13	4.869	2.834	7.706	Sim	AvalFianca	T,LP	4,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2019	15/07/2020	Mensal	SAC	2.834	-	-	-	-	-	-	2.834
Extremoz II - FINAME	3	882	2.103	2.789	Sim	AvalFianca	T,LP	2,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2019	15/01/2023	Mensal	SAC	682	682	882	57	-	-	-	2.863
Etumado II - FINAME	3	801	2.404	3.208	Sim	AvalFianca	T,LP	2,50%	15/01/2018	Mensal	15/01/2019	15/02/2022	Mensal	SAC	801	801	801	-	-	-	-	2.404
Financiamento LP - Banco IBM	2195	2.281	1143	5.519	Sim	AvalFianca	CDI	0,28%	26/03/2018	Semestral	26/03/2019	26/03/2020	Semestral	Price	1143	-	-	-	-	-	-	1143
Financiamento LP - Banco IBM	943	1.868	-	2.512	Sim	AvalFianca	CDI	0,30%	23/01/2019	Semestral	23/01/2019	23/01/2019	Semestral	Price	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamento LP - Ampliação e Extremoz II	3	235	1.017	1.254	Sim	AvalFianca	T,LP	2,50%	15/01/2019	Mensal	15/01/2019	15/04/2024	Mensal	SAC	239	239	239	239	60	-	-	1.017

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Saldo total
------------------------------	-------------

Caixa e Aplicações Financeiras	2.940
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	2.940

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta	3.060	10.526	9.501	23.087	37.380
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.060	10.526	9.501	23.087	37.380
Ativos Financeiros	-	(2.940)	-	(2.940)	-
Alta Liquidez	-	(2.940)	-	(2.940)	-
Dívida Líquida	3.060	7.586	9.501	20.147	36.104

11. Impostos e contribuições a recolher

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda - IR	89	66
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	53	39
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	510
Programa de Integração Social - PIS	10	7
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	44	34
Impostos e contribuições retidos na fonte	34	6
	<u>230</u>	<u>662</u>

12. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
2018			
AGOE de 29 de março de 2018	Dividendos	1.932	0,21219
2017			
AGO de 28 de abril de 2017	Dividendos	1.436	0,021219

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

<u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	13.982	8.135
Constituição da Reserva legal	(3.047)	(407)
Base de cálculo do dividendo	<u>10.935</u>	<u>4.774</u>
<u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u>	<u>21.870</u>	<u>12.502</u>

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

Saldos em 1 de janeiro de 2017	20.820
Declarados	1.932
Pagos no exercício	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	22.752
Declarados	2.731
Pagos no período	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25.483

13. Encargos Setoriais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva Global de Reversão - RGR	45	44
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	13	9
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	225	157
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	4	4
Ministério de Minas e Energia - MME	1	4
Total	<u>288</u>	<u>218</u>
Circulante	115	116
Não circulante	173	102

14. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é R\$ 63.239 (R\$ 57.654 em 31 de dezembro de 2017) dividido em 63.239.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	63.239	63.239	100
Total	<u>63.239</u>	<u>63.239</u>	<u>100</u>

b) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	4.680	4.438
Média ponderada das ações emitidas	63.239	57.654
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,074</u>	<u>0,076</u>

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

c) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

15. Receita Operacional líquida

	Ref.	2018	2017
Receita operacional			
Receita de transmissão - Rede Básica	(a)	16.465	15.133
Deduções à receita			
PIS/COFINS		(601)	(552)
RGR - Reserva Global de Reversão		(524)	(457)
TFSEE - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica		(51)	(52)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética		(147)	(139)
		(1.323)	(1.200)
		15.142	13.933

(a) Receita operacional

A receita de transmissão - Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 004/2009 - Linha de Transmissão e são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

16. Custos Gerenciáveis - Parcela "B"

Custo / Despesas	2018			2017
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(83)	-	(83)	(123)
Serviços de terceiros	(1.779)	(400)	(2.179)	(2.082)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	-	(4)	-
Tributos	(169)	-	(169)	(51)
Depreciação	(3.495)	-	(3.495)	(3.498)
Provisões liquidas - PCLD	(21)	-	(21)	(6)
Outros	(2.377)	-	(2.377)	(427)
Total custos / despesas	(7.928)	(400)	(8.328)	(6.187)

17. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	81	109
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	-	2
Total	81	111
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(1.456)	(2.038)
IOF	(5)	-
Encargos P&D/PEE	(12)	-
Outras despesas financeiras	(233)	(902)
Total	(1.706)	(2.940)
Resultado financeiro líquido	(1.625)	(2.829)

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Saldos e transações com partes relacionadas

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u>					
COELBA		1.369	940	10.631	8.950
CELPE		5	4	47	35
COSERN		191	297	2.648	3.207
ITAPEBI		-	-	3	4
TERMOPERNAMBUCO		1	1	5	7
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		-	-	4	5
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIREAS		4	4	37	57
ELEKTRO REDES		5	6	61	22
		1.575	1.252	13.346	12.287
<u>Serviços administrativos</u>					
COSERN		(18)	-	-	-
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S/A	(a)	(101)	(96)	(1.185)	(1.210)
		(119)	(96)	(1.185)	(1.210)
<u>Dividendos e JSCP</u>					
NEOENERGIA S/A	(c)	(25.482)	(22.752)	-	-
		(25.482)	(22.752)	-	-
TOTAL		(21.323)	(21.596)	12.161	-
Circulante		1.475	1.156	-	-
Não Circulante		(22.798)	(22.752)	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).
- (b) Consumo próprio de energia.
- (c) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.
- (d) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão (CCT), com vigência até 2027, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

15.1. Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

16. Gestão de risco financeiro**Considerações gerais e políticas**

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito da Companhia Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos, e financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras.

Atualmente, todos os empréstimos da Companhia possuem taxas pré-fixadas.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 2.940 (R\$ 1.276 em 31 de dezembro de 2017) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos									
Empréstimos e financiamentos	23.087	24.153		13.398	6.771	1.816	1.785	304	79
Fornecedores	420	420	420						

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.940	1.276
Títulos e valores mobiliários	-	-
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.797	1.452
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	137.800	125.063
Mensurado pelo custo amortizado		
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	1.968

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	(8.130)	(544)	(136)	(272)

g) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		139.597	1.797	126.515	126.515
Contas a receber de clientes e outros	2	1.797	1.797	1.452	1.452
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	3	137.800		125.063	125.063
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		38.522	2.940	3.244	1.276
Caixa e equivalentes de caixa	1	2.940	2.940	1.276	1.276
Concessão do Serviço Público - Indenização		35.582		1.968	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		23.508	23.508	37.652	38.239
Fornecedores	2	421	421	272	272
Empréstimos e financiamentos	2	23.087	23.087	37.380	37.967

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

18. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.18 a 31.05.20	100.000	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30.11.18 a 31.05.19	136.227	49

19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos						
Ativo circulante	4.842	14.791	19.633	2.866	12.807	15.673
Caixa e equivalentes de caixa	2.940	-	2.940	1.276	-	1.276
Concessionárias e permissionárias	1.812	(16)	1.796	1.452	-	1.452
Tributos compensáveis	38	-	38	114	-	114
Ativos financeiros setoriais	19.1	14.807	14.807	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	1	-	1	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	-	-	12.807	12.807
Outros ativos circulantes	51	-	51	24	-	24
Ativo não circulante	93.636	78.026	171.662	99.885	19.983	119.867
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	5.121	-	5.121	5.643	-	5.643
Ativos financeiros setoriais	19.1	166.542	166.542	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	-	-	114.224	114.224
Imobilizado	19.2	(88.516)	(1)	94.242	(94.242)	-
Total do ativo	98.478	92.817	191.295	102.751	32.790	135.540
Passivo						
Passivo circulante	39.840	-	39.840	41.161	-	41.161
Fornecedores	422	-	422	272	-	272
Empréstimos e financiamentos	13.585	-	13.585	17.352	-	17.352
Tributos a pagar	230	-	230	662	-	662
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	25.482	-	25.482	22.752	-	22.752
Encargos setoriais	115	-	115	116	-	116
Outros passivos circulantes	6	-	6	7	-	7
Passivo não circulante	9.692	5.586	15.278	20.998	1.891	21.998
Fornecedores	-	-	-	20.028	-	20.028
Empréstimos e financiamentos	9.501	-	9.501	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	102	-	102
Encargos setoriais	173	-	173	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	1.861	-	1.861
Obrigações com associados	-	-	-	7	-	7
Tributos diferidos	19.4	5.586	5.586	-	1.861	-
Outros passivos não circulantes	18	-	18	-	-	-
Total do passivo	49.532	5.586	55.118	61.298	1.861	63.159
Patrimônio líquido						
Capital social	63.239	-	63.239	57.654	-	57.654
Reservas de lucros	72.938	-	72.938	14.727	-	14.727
Lucros ou Prejuízos Acumulados	19.4	(87.231)	-	(30.928)	30.928	-
Total do patrimônio líquido	48.946	87.231	136.177	41.454	30.928	72.381
Total do passivo e do patrimônio líquido	98.478	92.817	191.295	102.751	32.789	135.540

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2017			2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	16.465	3.737	20.202	15.133	620	15.753
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	16.465	3.737	20.202	15.133	(11.848)	3.285
Outras receitas vinculadas	19.3.3	-	-	-	12.431	12.431
Receita de Construção	19.3.2	-	-	(0)	37	37
Tributos	(601)	-	(601)	(552)	-	(552)
PIS	(107)	-	(107)	(98)	-	(98)
Cofins	(494)	-	(494)	(454)	-	(454)
Encargos - Parcela "A"	(722)	-	(722)	(648)	-	(648)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(147)	-	(147)	(139)	-	(139)
Reserva Global de Reversão - RGR	(524)	-	(524)	(457)	-	(457)
Taxa de fiscalização	(51)	-	(51)	(52)	-	(52)
Receita líquida	15.142	3.737	18.879	13.933	620	14.554
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	-	-	(37)	(37)
Custo de Construção	19.3.2	-	-	-	(37)	(37)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.142	3.737	18.879	13.933	583	14.516
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(8.328)	5.681	(2.647)	(6.186)	3.498	(2.688)
Material	(83)	-	(83)	(123)	-	(123)
Serviços de terceiros	(2.179)	-	(2.179)	(2.082)	-	(2.082)
Arrendamento e aluguéis	(4)	-	(4)	-	-	-
Provisões líquidas - PCLD	(21)	-	(21)	-	-	-
Multas regulatórias	(169)	-	(169)	-	-	-
Tributos	-	-	-	(51)	-	(51)
Depreciação e amortização	18.2.1	(3.495)	3.495	(3.498)	3.498	-
Outras Gastos Operacionais	(2.377)	2.186	(191)	(432)	-	(432)
Resultado da Atividade	6.814	9.418	16.232	7.746	4.081	11.827
Resultado Financeiro	(1.624)	-	(1.624)	(2.829)	-	(2.829)
Despesas financeiras	(1.705)	-	(1.705)	(2.940)	-	(2.940)
Receitas financeiras	81	-	81	111	-	111
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	5.190	9.418	14.608	4.918	4.081	8.999
Despesa com impostos sobre os lucros	(510)	(115)	(625)	(480)	(383)	(863)
Lucro líquido do exercício	4.680	9.303	13.983	4.438	3.698	8.136
Lucro por ação	0,11	-	0,22	0,07	-	0,13

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.1. Ativos contratuais da concessão

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

19.2. Imobilizado e Intangível

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de transmissão determinam quais os serviços e quem serão os usuários (geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores). O concessionário é remunerado através da chamada RAP - Receita anual permitida, que já é definida no contrato, assim o preço não tem relação com a utilização e, sim com a disponibilização da infraestrutura. O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão nas demonstrações contábeis societárias é o reconhecimento de apenas o ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, remuneração desta já definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda. Mesmo os fluxos de caixa vindo dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável, o método de pagamento é apenas uma questão de formalidade. O ativo intangível não é reconhecido pois a concessionária não tem direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado substituído pelo ativo financeiro.

19.2.1. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

19.3. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3.1. Ativo financeiro

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi classificado como ativo financeiro da concessão.

19.3.2. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

19.3.3. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza a parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

19.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos no início do exercício	136.177	72.382
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(87.234)	(30.928)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(19.135)	(19.135)
Atualização do ativo contratual da concessão (CPC 47)	(3.737)	-
Adoção inicial CPC 47	(50.582)	-
Adoção inicial CPC 48	12	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória	(17.149)	(13.654)
Baixa de imobilizado	(2.230)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	5.588	1.861
Saldos no fim do exercício	<u>48.943</u>	<u>41.453</u>

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão. O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixas futuros e taxas efetivas de juros, são revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM

SE Narandiba S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo contabilização de depreciação.

19.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	13.983	8.136
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(9.303)	(3.698)
Reversão da atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(583)
Reversão dos efeitos do ativo contratual (IFRS 15)	(5.923)	-
Reversão da depreciação (ICPC 01)	(3.495)	(3.498)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	115	383
Lucro líquido regulatório	<u>4.680</u>	<u>4.438</u>

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

Depreciação - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado é classificado como ativo financeiro da concessão não havendo depreciação.